

# Para a economia, 1983 já começou

EDUARDO BRITO

Na economia, mais do que em qualquer outro campo, 1983 já começou. Para tornar isso claro, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, não usou de sutilezas na semana passada, ao prever sacrifícios para o ano que vem e ao anunciar que rumo tomariam as medidas governamentais na área econômica, em especial o saldo desejado na balança comercial.

Essas medidas já vem sendo tomadas, como mostram as restrições já desencadeadas na área das importações. "Seria ingenuidade pensar que estamos tomando providências como essas, neste momento, para revogá-las depois", diria outro ministro da área econômica, no mesmo dia em que Galvêas falava nas metas a serem perseguidas.

Porque o anúncio foi feito nesse momento? Porque não esperar as eleições? Porque não esperar o próprio 1983? Não houve qualquer descuido. Em primeiro lugar, a situação dos países devedores junto ao mercado financeiro internacional é mesmo difícil, e, para facilitar a captação, seria efetivamente interessante anunciar desde já as medidas a serem implementadas.

• Além disso, por em, há um componente político que não se pode menosprezar. O anúncio das grandes diretrizes a serem adotadas — ou melhor, que já vem sendo adotadas — tem o condão de retirá-las da pauta das negociações a serem eventualmente abertas após o próximo dia 15 de novembro. A decisão estará tomada, as medidas já estarão desencadeadas e não serão passíveis de retorno.

Foi assim que, com o sinal verde do Planalto, o comando econômico do governo decidiu iniciar, sem perda de tempo, o ajuste da economia. E, para isso, partiu-se de uma inversão na análise dos problemas ligados ao balanço de pagamentos, o ponto crucial de estrangulamento da economia brasileira, dentro da lógica do modelo.

Não se perguntará mais de quanto o Brasil precisa, para então buscar lá fora os recursos necessários. Agora, pergunta-se quanto o Brasil consegue captar, para então definir o que se terá de sacrificar. Os ministros Ernane Galvêas e Delfim Netto, com o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, mantiveram no exterior contatos com as principais instituições financeiras e retornaram convictos de que o Brasil não poderá tomar empréstados mais do uns 13 bilhões de dólares.

Resta, então, fazer encolher, as provisões. Se falava-se até em captar-se 22 bilhões de dólares, isso precisaria ser reduzido. A única variável suscetível de modificação através de medidas de caráter interno, e a balança comercial. Logo, ela terá que garantir esse diferencial mostrado nos 5,5 ou 6 bilhões de dólares desejados para o seu superávit.

Há aí uma expectativa de aumentar as exportações, pois os estoques de commodities estão baixos e seus preços já atingiram o fundo do poço. Mas o grande caminho seria a restrição das importações. Desse recurso se lançou mão imediatamente, assim como se decidia que apenas o petróleo, as necessidades das estatais e os insumos necessários aos exportadores ficariam de fora. As cartas já estavam lançadas.